

Linguagens inquietam

O presidente José Sarney resolveu incluir seu assessor Luiz Paulo Rosenberg na missão que vai a Washington, explicar o pacote de ajustamento econômico, para evitar que os desentendimentos entre as equipes técnicas da Secretaria do Planejamento e do Ministério da Fazenda resultem em mais problemas junto ao Fundo Monetário Internacional e aos bancos credores.

O que parecia ser uma questão de ordem doméstica do Governo ameaça ganhar dimensões internacionais, se não for cortado o mal pela raiz. Ontem mesmo uma autoridade econômica com trânsito junto à comunidade financeira internacional reconheceu que as "linguagens diferentes" vêm provocando inquietação nos Estados Unidos, porque os banqueiros já não sabem para onde vai a política econômica brasileira.

Pode haver algum exagero, mas por via das dúvidas o Palácio preferiu não correr riscos em Washington com explicações contraditórias para o pacote de corte nos gastos das estatais e aumento da receita tributária. Temendo a repetição do que houve aqui, durante a última rodada de negociações com a missão do FMI, achou mais conveniente colocar em cena o representante pessoal do presidente da República, para dirimir dúvidas.

Estas dúvidas, no entanto, continuam existindo. Do lado do Ministério da Fazenda e do Banco Central, a tônica do momento é a ameaça de recrudescimento da inflação e das altas taxas de juros, caso a Secretaria do Planejamento não consiga colocar em prática, imediatamente, o pacote de ajustamento do déficit público. Argumenta-se que os "resultados positivos" do segundo trimestre iriam por água abaixo se o Governo tiver que continuar financiando o déficit de caixa às custas da alta nos juros, e a única saída é a implementação urgente dos cortes decididos pelo Palácio.

Do lado do Planejamento, afirma-se que a situação está sob controle e que não há motivo para continuar existindo qualquer dúvida sobre a extensão do pacote. A intenção do secretário das Estatais, Henri Reichstul, que também irá a Washington na missão técnica, é demonstrar que foi feito o máximo possível em termos de redução dos investimentos, tanto é que setores como energia elétrica e Petrobrás já estão temendo os efeitos recessivos dos cortes.

Como o negociador oficial da dívida externa é o ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, imaginou-se a princípio enviar aos Estados Unidos apenas o seu secretário-geral, Sebastião Vital. Mas o nível de divergência que se registrou no encaminhamento da negociação com a missão do Fundo da vez anterior, acrescido de desentendimentos na montagem do pacote, levou o Palácio do Planalto a ampliar o número de "explicadores".

Esta decisão pode resultar em alguma "uniificação de linguagem" para o público externo — mas por outro lado deixa os credores preocupados, agora, com a consequência prática da transferência de poderes dos ministérios para o Palácio do Planalto: eles sabem entender os sinais emitidos, e já contam com a dificuldades adicionais para dobrar o Governo Sarney na questão do déficit público.

ARNOLFO CARVALHO